



## **ESPAÇO POLITICO E SUJEITOS (DES) POLITIZADOS – JOVENS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA EM SERGIPE**

SILVA, Nelmiros Ferreira da

*Bolsista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, membro do grupo de pesquisa Serviço Social, Política Social e Movimentos Sociais(UFS)  
nelguedes@ig.com.br*

1

### **RESUMO**

Este artigo objetiva analisar as visões de mundo apresentadas por jovens filhos de assentados de reforma agrária acerca de suas lutas cotidianas, especialmente, na busca pelo acesso aos créditos bancários e aos arranjos de políticas no território sob a perspectiva da qualidade de vida e cidadania no campo. Nessa direção, procura compreender a questão ora expressa na realidade de assentamentos de reforma agrária em Sergipe. Para tanto, adotamos nos procedimentos metodológicos o registro das verbalizações de jovens seguido de reflexões com base na literatura de Bordenave (1994); Groppo (2000); Houtart (2007); Gonh (2007); Iasi (2012), Silva (2014); Gramsci,(2013), dentre outros. Da investigação e analisa compreendemos que, mesmo os jovens vivendo em áreas conquistadas pela luta dos sujeitos políticos organizados e sob continua formação política, há uma (des)politização acerca da luta de classes. Verifica-se a centralidade em projetos imediatos de acesso ao crédito e arranjos de políticas pontuais, marcando um cenário de passivação e transformismo que desqualifica os olhares dos sujeitos políticos.

**Palavras-Chaves:** Sujeitos (Des)Politizados. Jovens. Lutas Sociais.

### **ABSTRACT**

This article aims to analyze the worldviews presented by young children of agrarian reform settlers about their daily struggles, especially in the search for access to agricultural credit and political arrangements in the territory from the perspective of quality of life and citizenship in the field. Aiming to understand the issue now expressed in the reality of agrarian reform settlements in Sergipe, methodological procedures adopted in recording the utterances of young followed by reflections on the basis of BORDENAVE (1994) literature; GROPPPO (2000); HOUTART (2007); GONH (2007). IASI (2012), among others. Research and analyzes realize that even young people living in areas conquered by the struggle of political subjects organized under the experience of policy formation, there is an (un) aboutpoliticization of the class struggle. There is immediate projects in the centrality of access to credit and arrangements of specific policies, marking a scenario passivation and transformismo that disqualifies the looks of political subjects.

**Key Words:** Subjects (Des) politicized. Young. Social struggles.



## 1- INTRODUÇÃO

Este artigo, ora intitulado “espaço político e sujeitos (des) politizados – jovens em projetos de assentamentos de reforma agrária em Sergipe” objetiva analisar as visões de mundo apresentadas por filhos de assentados de reforma agrária acerca de suas lutas cotidianas. Especialmente, focalizamos a contraditória busca pelo acesso ao crédito bancário e aos arranjos de políticas no território sob a perspectiva da qualidade de vida e cidadania no circuito das finanças e da evocação da sociedade civil para a promoção do bem-estar.

A fim de compreender a questão ora expressa na realidade de assentamentos de reforma agrária em Sergipe, metodologicamente apropriamos das verbalizações de jovens da reforma agrária acerca dos aspectos políticos da luta e protagonismo. A partir das discussões elencamos referenciais para nossas análises e reflexões com base na literatura de Bordenave (1994); Groppo (2000); Houtart(2007); Gonh (2007); Iasi (2012); Gramsci (2013); Silva (2014), dentre outros.

A hipótese desse estudo parti da premissa de que, nas áreas assentadas de reforma agrária via aquisição da terra pelo crédito fundiário, ainda que sob a organização dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais (MST) apresentam-se esvaziadas do protagonismo dos jovens. Embora, tal espaço seja parte da longa história de lutas das famílias desses jovens, a ferramenta de acesso à terra pela compra tem induzido a lógica do cidadão consumidor, desfavorecendo a força do coletivo pelo direito à terra, despolitizando e enfraquecendo o enfrentamento as expressões da questão social figurada na expropriação e exclusão social.

Do projeto de construção de sujeitos políticos à formação de grupos associados para obtenção de crédito, verifica-se uma dinâmica no cotidiano de ações focadas no território da chamada nova reforma agrária. Tal realidade nos leva a entender que os territórios marcados por conflitos e lutas nas últimas décadas do século XX e início do século XXI vivencia uma realidade forjada sob o discurso e diretrizes de políticas orientadas pelo projeto capitalista internacional, daí a ausência da juventude no engajamento e inserção ideopolítica para a retomada e continuidade da luta contra o fim da propriedade privada e defesa do acesso aos direitos universos.

À luz dessa dinâmica as concepções e conceitos de juventude têm passado por revisões e variadas abordagens, dentre as concepções, podemos destacar, àquela em compreende a juventude sob o estigma da rebeldia à compreensão de que os filhos da classe



média passaram a inserir em movimentos de protesto contra ditadura militar em atos revolucionários. Já nos anos de 1980 com o empobrecimento do país marcando o aprofundamento das desigualdades sociais, pós efervescência política, os jovens vão ser taxados como apáticos e apolíticos.

Foi somente entre fins de 1980 e início de 1990 que o debate sobre a juventude foi transpassado para a discussão sobre criança e adolescente pobres que vivem em situação de risco social. Visão que aprofunda na década de 1990 junto com outra característica, como a do jovem violento e vítima da violência.

Ainda, pode-se observar, uma visão otimista acerca da juventude enquanto sujeito estratégico para o desenvolvimento econômico, o chamado “jovem empreendedor”. Todo esse interesse sobre a juventude aliado a aprovação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) em 1990, e a mobilização e organização da juventude tem permitido aos jovens começar a romper com esses conceitos que lhe são atribuídos. Portanto, diante dessa nova conjuntura vai sendo construída uma nova concepção sobre o que é ser jovem, buscando compreender a juventude pela sua heterogeneidade, ou seja, entender que não existe apenas uma juventude, mas várias juventudes, que os jovens são sujeitos portadores de direitos.

Nesse ritmo, chega-se nos anos 2000 a visualizar uma crescente organização da juventude que marcam presença nos órgãos colegiados, visibilizando-os enquanto sujeitos políticos. Assim, a participação da juventude na sociedade e, especialmente na esfera estatal, assim como suas demandas, estão intrinsecamente relacionadas com as necessidades de sua classe social, da mesma forma que as respostas dadas pelo Estado às suas necessidades.

A partir desse movimento de mudanças no papel da juventude, alargam-se o universo de concepções, dentre estas destacamos, conforme Groppe (2000), a juventude como uma categoria social. Portanto, esta é uma construção social e histórica, e o direito social de viver essa juventude está relacionado com a classe social a que pertence.

O ritmo desse protagonismo juvenil especializa-se, tornando-se ainda mais perceptível nos dias atuais, mediante a participação dos jovens nas diversas esferas da sociedade, especialmente nas lutas reivindicatórias por direitos (sociais, políticos e civis). Dentre suas bandeiras de luta encontra-se a de pressionar os poderes públicos para que incluam na agenda pública a ampliação dos canais de participação institucional e a melhoria das políticas públicas existentes.



Nesse quadro de efervescentes ganhos podemos citar como exemplo alguns resultados no âmbito do Governo Federal obtidos pelas lutas desencadeadas pelos movimentos sociais e juvenis. Podemos situar a criação do Conselho Nacional de Juventude, da Secretaria Nacional de Juventude (em 2005), da realização da I e II Conferência Nacional de Juventude (2008 e 2011 respectivamente), dentre outros, os programas sociais como, Projovem, Prouni, Jovem Aprendiz, Pronaf-Jovem e etc. A luta pela aprovação de um marco regulatório na construção de políticas públicas para juventude que resultou na construção do Plano Nacional de Juventude e a criação do Estatuto da Juventude (2013).

Nesse contexto de emergente visibilidade da participação dos jovens, o IBGE estabeleceu uma faixa etária entre 15 a 24. Para IPEA baseando no PAND,2007, considera o intervalo que vai da faixa etária entre 15 a 29 anos, sob a orientação da proposta do Estatuto da juventude. Ainda, conforme a secretaria da juventude, existem no Brasil rural entre 15 e 29 em torno de 8 milhões de jovens.

Acerca dos critérios etários definidos institucionalmente, Groppo (2000), afirma que este, por si só, não delimita a juventude ao critério cronológico, mas considera as esferas sócio-culturais e econômica.

A partir do século XXI tem sido notória concepções que definem essa massa jovem como sinônimo de rebeldia, transformação ou de desajuste social, acrescentando o debate de que o jovem é apolítico, não tem interesse pelas coisas que acontecem no país, ou como setor estratégico para economia. Dessa polêmica dualiza em dois polos distintos que ora coloca a juventude no auge da força renovada e revolucionária, ora como amorfa, cercada no mundo marginalizado pela violência e omissão.

No debate permeado de leituras pessimistas, entendemos, o qual têm sido, unilateralizada as reflexões que dicotomizam a retomada das mobilização e organização dos jovens sem uma visão crítica de totalidade social mediada nas particularidades históricas contemporâneas. Hoje, a centralidade das lutas juvenis está no questionamento desse modelo de democracia, ao tempo que buscam uma construção de canais para o diálogo entre o Estado e a sociedade civil no espaço dos Conselhos de Juventude.

O evento mais recente, encontra nas Jornadas de Junho, elementos que possibilitaram evidenciar alguns fatos relevantes nesse processo de organização e mobilização juvenil. Vale sublinhar que, as principais formas de organização dos jovens são primárias e se referem a micro participação, como define Bordenave (1994), seguida dos grupos de uma linguagem



própria, métodos horizontais de participação, leitura da realidade conjuntural e pautas específicas.

Atualmente há um crescimento substancial da população juvenil, que a torna o maior segmento populacional do país, conjuntamente ao crescimento populacional vem surgindo uma série de problemas sociais que têm afetado diretamente a vida da juventude, em especial a juventude das classes subalternas. Essa conjuntura tem provocado o interesse por parte dos movimentos sociais, dos partidos de esquerda, ONG's e de alguns governos sobre este segmento, além do interesse da mídia e do mercado.

A ação política constitui assim, uma mediação importante quando se pretende analisar as condições que contribuem para a permanência do jovem em seu espaço, especialmente, no meio rural, conquistas que não depende apenas dos laços identitários, mas da organização e luta política. Assim, a identidade dos jovens nos assentamentos rurais é construída no processo de luta pela terra, na defesa dos interesses coletivos, daí definem-se os interesses e as ideologias que permeiam o pensamento e a ação dos trabalhadores.

Weisheimer mostra em seus estudos que os jovens que vivem no campo estão sujeitos a invisibilidade, expressão da exclusão. Entretanto, a inserção de políticas sociais para juventude tem sido recorrente entre as pautas e agendas dos movimentos sociais, algumas conquistas, a saber: crédito Pronaf Jovem, crédito fundiário para jovens com menores taxas, curso superior em assentamentos. Além disso, ações e projetos são parte da agenda no cotidiano dos jovens assentados, a saber: Feira Sebrae, agroecologia, curso de capacitação, cursos superiores de engenharia agrônômica, história e pedagógica, residência agrária, etc.

È no panorama que se apresenta difuso, a interlocução entre a juventude e o protagonismo em meio a realidades ainda marcada pela despolitização que vamos procurar situar a realidade de jovens em assentamento de reforma agrária em Sergipe. Nesse lócus, chamamos atenção a concomitância da força e mobilização do jovem em assentamentos e ao mesmo tempo a velho parasitismo persistente que travam os avanços e conquistas na atualidade.



## **2- AGORA NÃO É A NOSSA VEZ – O *ETHOS* DA INDIVIDUALIDADE E DO IMOBILISMO DE JOVENS ASSENTADOS DE REFORMA AGRÁRIA**

A história da sociedade, conforme Marx (1998), é a história da luta de classes. Nas particularidades da questão agrária, essa traduz-se “no bojo dessa articulação entre o processo desigual do trabalho assalariado e expropriação [...]. Nessa direção, “a origem dos conflitos e da luta pela terra no Brasil têm em sua marca histórica: a violência, configurando tradicionais e emergentes multiplicidades da expressão da questão social no campo brasileiro” (OLIVEIRA,2010, p.126).

Essa realidade traz configurações que embora univeais, particularizam e situam novidades quando apreendidas em sua singularidade. No caso a peculiar questão agrária em Sergipe, o marco das lutas das famílias trabalhadoras organizadas desde 1980 culminam num histórico da organização dos MST que exerceu grande força política no luta e enfrentamento ao latifúndio e Sergipe, marcada pela protagonismo juvenil sob a direção da então Comissão Pastoral da Terra (PCT). Lembrando esse momento, o entrevistado verbalizou,

*Tudo começou com o grupo de jovens da igreja católica (Juventude Católica), a gente, ia para o piquenique no povoado dia de domingo, e lá discutíamos a bíblia e fazíamos reflexões sobre as injustiças no campo. O padre Gregório e Guido (vieram da Bélgica) tinha ideias ameaçadas de sociedade e senso de justiça, o que foi importante para ajudar a gente a ver as injustiças não era coisa de meramente ou castigo de Deus. Até que nos organizamos para apoiar o confronto entre os índios xókos e estado apoiado pela polícia militar no município de Porto da Folha, depois dessa primeira experiência decidimos que a luta não ia mais parar (ENTREVISTAA,2013).*

Cabe observar que, a igreja católica, através da postoral teve um papel importante na politização dos jovens para organização e luta no campo. Com a articulação com os sindicatos e posteriormente, com o Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra, MST, o protagonismo do jovem do campo em Sergipe, ganhou força e visibilidade, até os dias de hoje, esse movimento é ainda considerado central na formação política de militantes.

Nos dias atuais, o MST tem promovido inúmerass ações mediante diálogo com o governo em busca de editar projetos para o campo, e para isso, promove cursos, qualificações, e capacitações com rigor ideopolítico visando a preparação do sujeito na condução histórica



revolucionária de um projeto societário anticapitalista. No entanto, tal projeto têm sofrido interferência na conjuntura marcada pela passivização das lutas consesuadas pela política de negociação de compra e venda da terra e pelos arranjos de políticas no território da cidadania, cuja lógica assenta sob a perspectiva do consumo em detrimento dos direitos universais, ou seja,

da concepção liberal que atribui ao “mercado” a solução para todos os desequilíbrios e imputa a acausa do desemprego aos elevados salários, justificando as “medidas contra a rigidez”, como solução miraculoso” (IAMAMOTO, 2008,p.126).

A questão que centralizamos nesse debate é a forte presença de jovens em assentamentos adquiridos através do crédito fundiário, compreendendo que em tais projetos, ainda que sob orientação dos movimentos dos trabalhadores, sofrem uma desconstrução identitária da luta, atingindo fortemente a força juvenil.

Durante as visitas as famílias trabalhadoras rurais em assentamentos do território do Alto Sertão, foi possível visualizar que nesse palco de intensas lutas e portagonismo do jovem, a amortização e despolitização verbalizadas estão acima de 80 % entre a faixa etária de 15 a 19 anos de idade. Dentre as expressões, a líder do assentamento,

*eu não vejo muito interesse de nossos jovens ficar aqui na terra. Mas já que compramos, precisam organizar e produzir, mas o que de fato o jovem quer é ir para cidade, pois acreditam que lá a vida é melhor (ENTREVISTADO, 2014).*

A oferta de crédito, a organzição para viabilizar recursos no banco, são parte de uma política de reprodução do capital e das famílias trabalhadoras rurais, que ora fixa no campo,porém com tendências a perda da identidade e esvaziamento do jovem. A política pública orientadora dos interesses do projeto hegemônico, “obviamente o Estado e o capitalismo, usufruíram do processo escolar para obtenção de alguns dos seus objetivos, lançando mãos de recursos incompatíveis com a visão democrática que sustentam (LEITE,1999,p.22), revelando “a preservação de um modelo nacional de educação dentro dos parâmetros urbanos e das classes dominantes,”comprometido com a manutenção do ‘*status quo*’” (MAIA,1982,p.28).

Apesar da retomada da linha essencialmente através do associativismo enormes são as dúvidas e descrença na possibilidade das famílias se manterem associadas após a





conquista da terra... “não dá certo, aqui, a gente só associou porque foi preciso, mas viver assim não dá certo, vivemos um próximo do outro, mas cada um por si”(MUTUÁRIO FAZ.,SANTO AUGUSTINHO). Reforça ainda que,

*todo mundo sabe que não dá certo se associar, as confusões são muitas, pois nem os dedos das mãos são iguais. Então a gente se associa e depois vai cada um pro seu lugar (2012).*

*nós começamos no grupo, depois passamos a ter muitos problemas, porque não tem jeito muita gente não paga, aqui, é claro quem é bom pagador não quer ficar com o nome sujo na praça. Até o pessoal do MST não quer mais ficar no coletivo (2012).*

Entre as lideranças que dialogamos, foi observado até mesmo que o associativismo não tem favorecido a luta, porque este tem sido feito para viabilizar o crédito, e logo após, os sujeitos mantêm segredo em sua área produtiva. Nesse quadro, entre os jovens que entrevistamos, as verbalizações foram de que buscam participar via associação,

*Associações e reunião é coisa para os mais velhos. Nos jovens não temos interesse por roça. Aqueles que já se casaram se preocupam mais porque agora tem família para sustentar, mas os solteiros pensam mais em estudar na cidade.*

*As vezes o movimento traz alguns cursos, mas pouco se interessam, pois se nossos pais já lutaram tanto e pouco ou nada têm, como vamos acreditar nisso. Não sei bem, mas acho que nossa cabeça pesa diferente, dessa coisa de luta, de ocupar terra, com fama de invasor (ENTREVISTADO,2013).*

Vale sublinhar que a medida que favoreceu a individualização foi uma proposta bem aceita por todos, inclusive por membros das associações organizadas pelo MST em Sergipe, cuja filosofia é da ação dos sujeitos coletivos. Daí entendemos que essa linha (CAF) foi um passo importante do ponto de vista político para desmontar as possibilidades de conflitos uma vez que cada vez mais os parcelamentos da dívida anual estão sendo de responsabilidade de cada indivíduo, que se motivou para tomar a causa por interesse particular, daí fragiliza-se a força e luta dos movimentos.

A negação que fragmenta os trabalhadores do campo, reforça a minimização do estado de direito em detrimento do cidadão consumidor (DRAIBE,2006). Nessa mesma direção, ouvimos realidades e situações recorrentes por outras associações,





*acho que se temos apoio do governo, e não tem mais terra para desapropriar é melhor comprar a terra e o governo ajuda a nos pagar. Penso assim, por que não entendo bem, essa coisa de luta é com meu pai e faz parte do movimento, eu moro aqui, mas não faço parte do movimento.*

*Aqui os pais ficam querendo que a gente se organiza, mas nós jovens pensamos deferentes. Queremos uma vida melhor, a roça não tem futuro, muitos escutam os pais, mas outros não, como eu que desejo uma outra vida para mim. Já morei em São Paulo e pretendo ir embora outra vez, acho que muitos.*

Observamos que há uma força-tarefa muito grande em otimizar as ações do crédito fundiário e arranjos de políticas que muitas vezes não atraem aos jovens, ainda que filhos de assentados. No cenário a partir de 2003, o aumento da procura por terras para venda criou uma expectativa e gerou situações que conforme Ramos Filho (2008) em sua tese intitulada *questão agrária atual: sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003 – 2006)* visualizando haver uma liquidez capaz de proporcionar um ambiente favorável à especulação, ao rentismo fundiário (RAMOS, FILHO, 2008).

A inserção na lógica mercantil de acesso a terra tem sido desfavorável ao interesse do jovem em ter a cesso a terra, primeiro pelo receio de não poder honrar os compromisso junto ao banco, depois, pela não preparação para produzir, e por fim, pela pouca vontade de produzir e vive no campo. A perspectiva tem sido a de inserir no mercado formal de trabalho, assinar a carteira e ter acessos aos direitos trabalhistas.

Vale ressaltar que, a realidade acerca da aquisição da terra, com o aumento especulativo do chamado mercado de terras, favorecem enormemente a continuidade do latifúndio porque os jovens não têm condições de adquirir a terra mesmo via crédito. Acerca desse fato, observou o associado: “no município de Glória não tem mais terra para ser comprada pelo crédito fundiário, porque o menor preço da tarefa é 1000,00 e o crédito só paga até 800,00”.

Tais transações comerciais provocaram o que Ramos Filho (2008) denominou de autofagia da linha de crédito (CPR) ainda no fim da segunda fase do crédito fundiário. Assim, os tetos de financiamentos tornam-se insuficientes para a aquisição das terras encarecidas, conforme verbalização,

*esses três assentamentos são vizinhos, cada família pegou 40.000 -. O dinheiro não deu para construir as casas, teve gente que levantou um salão, ou uma casa pequena com recursos próprios. A situação é que todo mundo está devendo, não conseguiu pagar a parcela no final do ano. A sorte é que*



*toda família recebeu 21.000,00 do Pronaf A.. isso foi bom, porque estava todo mundo no sufoco, mais agora estão devendo 61 mil reais (40.000,00 Crédito Fundiário) + 21,000 (Pronaf A). Só tem 10 famílias morando nos lotes, minha filha tem a terra lá, mais não pode construir a casa, aí mora no Araticum, numa casa velha abandonada que eu consegui. A tarefa de terra aqui é 1.100, a Pronese está negociando nova compra por 800,00, mas o fazendeiro só vender no mínimo por 860,00 (LIDER DA ASSOCIAÇÃO PARA O CRÉDITO, FAZENDA ARATICUM, 2012).*

Essa modalidade de reforma agrária, a qual entendemos como descentralização da terra para a compra, tem gerado questionamentos, apesar das famílias afirmarem que esta é a alternativa do momento que se apresenta mais viável. No geral há um forte argumento de que, se não fosse o crédito fundiário, estariam nas ocupações marginalizados pela sociedade que discrimina ou na situação de meeiro, arrendatário nas terras do fazendeiro. Para o imaginário dessas famílias a condição de proprietário de terra, ainda que endividados, é uma condição menos humilhante, e de certa forma gera melhor expectativa e esperança de novas proposta do governo na renegociação das dívidas e incremento com políticas sociais. Sob este ponto de vista, um grupo reunido em diálogo destacou,

*a frase, é fácil falar de nós, mais difícil é ser um de nós, explica bem, pois só a gente sabe o que é não ter um teto, não ter o que comer, trabalhar no alugado, ser humilhado, ser um Zé ninguém. Então, entre esta vida e aquela que o governo empresta o dinheiro para compra a terra, empresta para comprar os equipamentos de produção, depois vem uma ajudinha da assistência social, ...ora, o cara sabe que o governo está sempre negociando para reduzir o débito, então, é melhor arriscar, ou então ficar esperando, vendo sua família passar por necessidades.... só sabe nós o que é melhor para nós e nossos filhos. (ASSENTADA DE REFORMA AGRÁRIA, ASSENTAMENTO CUIABÁ, 2012).*

De fato, a história de pobreza e conjunto das expressões da questão social vividas por estas famílias, especialmente, os jovens filhos de assentados de reforma agrária, frente às condições materiais e espirituais de vida impostas, possibilitam construir sua própria consciência acerca das contradições da realidade. Tal consciência se restringe aos aspectos materiais de condições humanas mínimas, não os possibilitando ter ou apresentar uma visão mais ampla de cidadania. Conforme Marx (1982) não é a consciência que constrói o ser, mas as condições materiais de vida que formam a consciência e o ser.

Entretanto, entendemos que, essa mesma realidade fornece os elementos dos antagonismos, podendo fortalecer um imaginário capaz de perceber as armadilhas de um estado a serviço dos interesses dominantes ou seja, “Estado comitê da burguesia”. Aqui



sublinhamos que todas as formas de luta são importantes para combater a pobreza, mas não são capazes de levar à emancipação humana. Para isso, exige-se que ocorra a eliminação de toda forma de desigualdade, dominação e exploração, reunindo novamente o produtor com os meios para produzir. Para efetivar a emancipação humana, portanto, é necessária superação da ordem do capital,

a superação da propriedade privada constitui, desse modo, a emancipação total de todos os sentidos e qualidades humanas.[...] o comunismo constitui fase de negação da negação, e é, por consequência, para o seguinte desenvolvimento histórico, o fator real, imprescindível, da emancipação e reabilitação do homem (MARX,2001,p.142 e 148).

Entendemos que a “emancipação política” é compatível com a ordem burguesa, a “emancipação humana” supõe sua superação, portanto, conforme Marx (2001), a emancipação política não implica na emancipação humana. Todas as lutas contra formas de desigualdade, de opressão, de exclusão, tornam-se assim, importantes e fundamentais para a conquista da “emancipação política”, mas elas não garantem a “emancipação humana”. Para esta última, essas lutas (necessárias e fundamentais) devem confluir num processo que supere a divisão social em classes e a separação do produtor dos meios para produzir, ou seja, a eliminação da exploração, e com ela, a ordem social burguesa (MONTAÑO E DURIGUETTO,2010), p.131-132).

Verificamos também um certo otimismo presente no Alto Sertão Sergipano, só que cada vez mais centrado nas falas de grupos e lideranças próximas ao governo. Assim, expressa nos depoimentos,

*o governo continua a ajudar agente, se não fosse esse governo do PT que apoiasse nos, a coisa não estaria assim tranquila, não!* (MUTUÁRIO DO CRÉDITO FUNDIÁRIO, FAZ. ARATICUM,2012).

*nos continuamos acreditar que esta tem sido a melhor saída, embora estejamos preocupados com as ocupações que, qualquer hora acredito vão começar a lutar.* (MUTUÁRIO DO CRÉDITO FUNDIÁRIO, FAZ. VÁRZEA GRANDE,2012).

*com a terra nas mãos, agora é só Deus mandar a chuva, se trabalhar direitinho, dá para quitar a dívida, é uma só vez no ano. Guarda uma bezerra, e diz: essa é do banco, não é minha* (MUTUÁRIO DO CRÉDITO FAZ. AGUSTINHO,2012).



Apesar de, ao longo das investigações realizadas neste trabalho termos verificado algumas visões mais acirradas na compreensão crítica acerca dessa nova reforma agrária, o que pudemos perceber é que a referência dessas famílias em sua trajetória de exclusão, a ideia de ser dono da propriedade, associada à própria legitimação das entidades sindicais e movimentos sociais, formatou-se um imaginário que se ergue na compreensão de que esta política é a alternativa mais viável.

O número de famílias, jovens, trabalhadores e agricultores em geral que hoje estão procurando obter o crédito tem crescido, principalmente devido a ser uma política altamente estimulada pelo governo federal e estadual com aprovação dos movimentos sociais, apresentando-se como mais adequada para a realidade de Sergipe. Além disso, as lutas tenderam a se esmorecer mediante apoio que os movimentos sociais deram ao governo PT.

As possibilidades de diálogo à luz da filosofia da negociação dão sustentação a essa política cujo pano de fundo não é o acesso à terra para a reforma agrária, mas acesso à terra para estrategicamente fortalecer a agricultura familiar ou seja, o novo modelo de desenvolvimento, necessário à lógica de mercado. É no cotidiano dessas famílias trabalhadoras e agricultoras rurais, com destaque para os jovens, que passamos a compreender, qual o sentido do crédito fundiário no processo de produção e reprodução capitalista, no panorama conjuntural que desfavorece uma leitura crítica e transformadora dos antagonismos da vida social.

### **3-CONSIDERAÇÕES**

Da investigação e analisa compreendemos que, mesmo os jovens vivendo em áreas conquistadas pela luta dos sujeitos políticos organizados sob a experiência de formação política, há uma (des)politização acerca da luta de classes. Verifica-se a centralidade em projetos imediatos de acesso ao crédito e arranjos de políticas pontuais, marcando um cenário de passivação e transformismo que desqualifica os olhares dos sujeitos políticos.

Também, é possível identificar nesse retrato, o sequelamento das expressões da questão social recortadas em problemas da ordem privada que serão solucionados à luz do diálogo e do consenso. Nesse horizonte, ficam obscurecidas a exploração e a subsunção do protagonismo do jovem, que ficam à mercê do rol de políticas assistenciais, especialmente das



transferências de renda, cooptado e vivendo sob o prisma da assistencialização enquanto alternativa ao enfrentamento a pobreza (MOTA,2012).

#### **4-BIBLIOGRAFIA**

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã,1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma**, In.: *Contra-corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*- 2 ed. Ver. e atual – São Paulo:Cortez,2008.

GONH, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais** -4 ed. São Paulo: Edições Loiola, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, v. 1, Introdução ao Estudo da Filosofia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.

GROPPO, Luis Antônio. *Juventude: sobre a sociologia e histórias das juventudes modernas*. Rio de Janeiro, DIFEL,2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo:Cortez,2007.

IASE, Mauro Luis. **As metamorfoses da Consciência de Classes – O PT entre a negação e o consentimento**, Ed. Expressão Popular, São Bernardo São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Democracia e o apassivamento da classe trabalhadora**. In.: SALVADOR, Evilásio, BEHRING,Elaine, BOSCHETTI, Ivanete e GRANEMANN, Sara (Orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. – São Paulo:Cortez,2012.

KARL, Marx. **A Lei Geral da Acumulação Capitalista**, In.: *O capital*. Volume II do Livro I, Capítulo III, 1968.

\_\_\_\_\_. *Acumulação Primitiva*, In.: *O capital*. Volume I do Livro I, Parte VIII, Capítulo XXIV.

LUKÁCS, George, *História e Consciência de Classes –estudos sobre a dialética marxista*. Martins Fontes, São Paulo, 2003.

MANDEL, Ernest. **A Crise do Capital**. Os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo/Campinas: Ensaio/Unicamp, 1990. Cap. XXV.

MOTA Ana Elizabete. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista**, In.: *Serviço Social :direitos sociais e competências profissionais*; - Brasília:CFESS/ABEPSS, 2009760p. (Publicação: CRESS, ABEPSS,v.1).



NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social, 3ª Ed. ampliada – São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_ e BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica – São Paulo: Cortez, 2006 (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1).

RODRIGUES. Sâmia. A construção de projetos coletivos: refletivos aspectos do projeto profissional do Serviço Social. *Temporalis*, ABEPSS, nº3, n5(2002). Brasília,2002, 108p.

SANTOS, J.S. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Tese – Escola de Serviço Social, (CAPITULOS I E II - **O debate da “questão social” e sua incorporação pelo Serviço** e as **Particularidades do capitalismo na formação social brasileira**) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

STEIN, Rosa Helena A.(nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento. *Revista Ser Social*, Brasília, UnB,2000(Questão Social e Serviço Social, n.6).